



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

Aos 9 dias do mês de maio de 2018, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 149, 150 e 151, relativas respetivamente às reuniões de 18 e 26 de abril e de 2 de maio de 2018;**
2. **Distribuição do Projeto de Lei n.º 851/XIII/3.ª (CDS-PP) - Revoga a Portaria n.º 296/2016, de 28 de novembro, reintroduzindo o dever de publicitação pelo Instituto da Segurança Social, I.P., no seu sítio de internet, do plano de fiscalização e as respetivas instituições selecionadas e do relatório das auditorias realizadas no âmbito da fiscalização ocorrida no ano transato, bem como as conclusões e as medidas tomadas, em decorrência dessas ações;
Deputado autor do parecer: GP PS;**
3. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2018)131 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui uma Autoridade Europeia do Trabalho (a remeter à Comissão de Assuntos Europeus até 9 de maio)
Deputada relatora: Isabel Pires (BE);**
4. **Apreciação e votação do Relatório "Portugal na União Europeia - 2017" (a remeter à Comissão de Assuntos Europeus até 11 de maio)
Deputada relatora: Joana Barata Lopes (PSD);**
5. **Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 45/XIII/3.ª (BE) e 46/XIII/3.ª (PCP) - Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que "Regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris";**
6. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 241/XIII/2.ª - Garantir o direito à contratação coletiva. Revogar a norma da caducidade das convenções coletivas. Assegurar o direito de negociação na Administração Pública.
Deputada relatora: Wanda Guimarães (PS);**
7. **Ponto da situação das iniciativas legislativas relativas à criação de ordens profissionais;**
8. **Outros assuntos.**

Deu início aos trabalhos o Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), passando-se de imediato à apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia que se segue:



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 149, 150 e 151, relativas respetivamente às reuniões de 18 e 26 de abril e de 2 de maio de 2018;**

Submetidas à votação foram as atas supra identificadas aprovadas por unanimidade.

2. **Distribuição do Projeto de Lei n.º 851/XIII/3.ª (CDS-PP) - Revoga a Portaria n.º 296/2016, de 28 de novembro, reintroduzindo o dever de publicitação pelo Instituto da Segurança Social, I.P., no seu sítio de internet, do plano de fiscalização e as respetivas instituições selecionadas e do relatório das auditorias realizadas no âmbito da fiscalização ocorrida no ano transato, bem como as conclusões e as medidas tomadas, em decorrência dessas ações;**
Deputado autor do parecer: GP PS;

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado José Rui Cruz para a elaboração do respetivo parecer.

3. **Apreciação e votação do relatório sobre a COM(2018)131 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui uma Autoridade Europeia do Trabalho (a remeter à Comissão de Assuntos Europeus até 9 de maio)**
Deputada relatora: Isabel Pires (BE);

A Deputada Isabel Pires (BE) apresentou de forma sumária o relatório sobre a COM (2018) 131, indicando a estrutura e os objetivos da iniciativa, a consulta pública efetuada pela Comissão Europeia, os elementos jurídicos da proposta e as respetivas conclusões.

O Senhor Presidente cumprimentou a Senhora Deputada relatora, agradecendo o trabalho realizado, e concedendo a palavra para o mesmo efeito ao Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que destacou ainda a grande relevância da matéria em apreço, referindo também que o surgimento da Autoridade poderia não ser totalmente pacífico, visto que as questões laborais têm assumido uma dimensão eminentemente nacional. Ainda assim, não deixou de sublinhar a existência de uma agenda europeia neste âmbito e o reforço de alguns passos de proteção, o que a seu ver era um sinal importante.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que de igual modo cumprimentou a Senhora Deputada relatora, agradecendo a elaboração e a apresentação do relatório, e corroborando que esta se tratava de uma matéria que assumia a maior importância.

Também o Senhor Deputado José Rui Cruz (PS) felicitou em nome do seu Grupo Parlamentar a Senhora Deputada relatora.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

Por seu turno, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), tendo começado por cumprimentar a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) pela apresentação do relatório, disse que se tratava de uma proposta muito importante, e que mereceria o voto contra do GP do PCP, não pelo relatório, que era factual, mas pelo respetivo conteúdo, já que se visava a criação de uma entidade supranacional, que não decorrendo da transposição de uma Diretiva, se aplicaria diretamente na legislação nacional, o que suscitava bastantes dúvidas ao seu Grupo Parlamentar. Para além disso, manifestou que a génese desta iniciativa pecava por não ter como objetivo principal a proteção dos direitos dos trabalhadores, partindo-se do pressuposto que havia duas partes iguais na relação laboral, e que só haveria uma necessidade de articulação entre ambas com base no direito à informação, o que a seu ver não correspondia à verdade. Invocou casos recentes que tinham demonstrado que a circulação e o destacamento de trabalhadores nos Estados-membros vinham levantando problemas, até com trabalhadores portugueses, pelo que declarou ter dúvidas sobre a eficácia e a forma, e discordância profunda quanto ao seu conteúdo. Recordou também que, na anterior Legislatura, a propósito da discussão de alterações legislativas relacionadas com esta matéria, o GP do PCP tivera oportunidade quer de apresentar propostas de alteração, quer de alertar para alguns dos impactos que tinham em conta o destacamento de trabalhadores e a atuação através de plataformas de empresas de trabalho temporário que não salvaguardavam estas matérias, não ficando salvaguardado, em caso de fraude, quem suportava a despesa para o retorno do trabalhador ao seu país de origem. Desta forma, solicitou que ficasse registado em ata que o voto do seu Grupo Parlamentar não era contra o relatório mas sim contra a matéria em si.

Retomou então o uso da palavra a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), agradecendo as palavras que lhe foram dirigidas, pronunciou-se sobre a criação da Autoridade Europeia aqui em apreço, lembrando que a proposta inicial havia sido alterada várias vezes, tentando materializar alguns dos objetivos que vêm sendo indicados no plano do Pilar Social, dos Direitos Sociais Europeus, com uma grande incidência sobre matéria laborais. Porém, realçou que não se poderia cair na ilusão de que seria esta entidade a resolver todos os problemas existentes a nível europeu sobre esta matéria. Submetido à votação, foi o relatório aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP, e votos contra do PCP.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

- 4. Apreciação e votação do Relatório "Portugal na União Europeia - 2017" (a remeter à Comissão de Assuntos Europeus até 11 de maio)
Deputada relatora: Joana Barata Lopes (PSD);**

No quarto ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada relatora Joana Barata Lopes (PSD), começou por referir que o relatório era factual, tendo por base o relatório que o Governo enviava no primeiro trimestre de cada ano à Assembleia da República. Em função disto, não deixou de refletir que este tipo de relatórios constituíam uma resenha factual do que já era uma resenha factual, no que concerne às competências desta Comissão. Prosseguiu então com a apresentação do documento em análise, descrevendo a respetiva nota prévia, o enquadramento, os capítulos relativos ao Emprego e Assuntos Sociais, à Estratégia Europa 2020/Semestre Europeu, ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, ao Emprego e Condições de Trabalho, às Políticas Sociais e Igualdade, e às Discussões temáticas sobre o crescimento e o emprego, e por fim às conclusões, propondo a final a remessa do parecer à Comissão de Assuntos Europeus, para apreciação.

Finda a apresentação, tomaram da palavra o Senhor Presidente e o Senhor Deputado Joaquim Raposo (PS), que cumprimentaram a Senhora Deputada relatora e agradeceram o trabalho realizado, tendo ainda este último Senhor Deputado afirmado que os trabalhos desenvolvidos pela União Europeia (EU) neste domínio no período em causa haviam sido positivos.

De igual modo, a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) e o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) não deixaram de saudar a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), concordando ainda com as dúvidas por si suscitadas sobre a importância da elaboração de um relatório sobre outro relatório.

Já a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), depois de cumprimentar a Senhora Deputada relatora, anunciou que o seu Grupo Parlamentar se absteria, tal como acontecera nas votações de relatórios análogos em outras Comissões. Por outro lado, constatou que a realidade nacional demonstrara que a evolução do salário mínimo não prejudicava o emprego, ao contrário do que resultava da página 14 do relatório, assim como não deixou de sublinhar que o seu Grupo Parlamentar tinha dúvidas sobre a quarta conclusão, que enunciava que a UE havia dedicado uma atenção reforçada ao desemprego jovem, sem embargo da evolução registada nas taxas gerais de desemprego e de emprego terem sido positivas, e defendendo que o combate a este segmento do desemprego deveria ser em conjunto com o combate à precariedade.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

Por fim, usou novamente da palavra a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) que, agradecendo as palavras que lhe haviam sido dirigidas quanto à elaboração do relatório, reconheceu que apesar de a metodologia poder ser outra, a discussão seria sempre importante. Em resposta às questões referidas pela Senhora Deputada Rita Rato (PCP), repetiu que os pontos do relatório eram factuais, e que o Governo, no seu relatório, entendera destacar na matéria do desemprego o desemprego jovem, acrescentando que a União Europeia reforçara os meios destinados a esta temática. Submetido à votação, foi o relatório aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP, e a abstenção do PCP.

- 5. Discussão e votação das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 45/XIII/3.ª (BE) e 46/XIII/3.ª (PCP) - Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que "Regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris";**

Neste ponto, e sem prejuízo do desenvolvimento efetuado em sede de relatório de discussão e votação na especialidade destas iniciativas, deverão registar as intervenções das Senhoras e dos Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), Diana Ferreira (PCP), Wanda Guimarães (PS), Sandra Pereira (PSD) e Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP). A final, procedeu-se à votação na especialidade, artigo a artigo, nos termos constantes do sobredito relatório.

- 6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 241/XIII/2.ª - Garantir o direito à contratação coletiva. Revogar a norma da caducidade das convenções coletivas. Assegurar o direito de negociação na Administração Pública.
Deputada relatora: Wanda Guimarães (PS);**

A Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) apresentou de forma sucinta o relatório final da Petição n.º 241/XIII/2.ª – “Garantir o direito à contratação coletiva. Revogar a norma da caducidade das convenções coletivas. Assegurar o direito de negociação na Administração Pública”, descrevendo o objeto da petição e as diligências efetuadas pela Comissão, e elencando ainda as respetivas conclusões, requerendo que este relatório fosse remetido aos Senhores Deputados, e lamentando o tempo entretanto decorrido desde a entrada da petição, para além de lembrar que havia sido também solicitada a reposição do título original da petição.

Submetido à votação, foi o relatório aprovado por unanimidade.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

7. Ponto da situação das iniciativas legislativas relativas à criação de ordens profissionais;

Neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conta de que havia sido contactado por cidadãos, nos últimos três meses, sobre a constituição de novas Ordens Profissionais, tendo a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD), na qualidade de Coordenadora do recém-criado Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais (GT – OP) transmitido que as associações representativas das profissões em causa já haviam sido recebidas por Grupos Parlamentares, e que tudo seria feito para o calendário ser cumprido com a maior brevidade possível, concluindo que havia entidades que podiam ser ouvidas em conjunto, enquanto outras deveriam decorrer em separado. Em função da data de entrada das iniciativas, e da sua baixa a esta Comissão, mencionou ainda que seriam apreciados em primeiro lugar os diplomas que visavam a criação da Ordem dos Fisioterapeutas.

A este propósito, a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) deu conta que se havia procedido à constituição de Grupos de Trabalho em reunião anterior, exortando o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) os restantes Grupos Parlamentares a aprovar o calendário de audições até ao final da semana em curso.

Neste momento, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) registou que, apesar de ter sido o seu Grupo Parlamentar a propor a criação do GT – OP, a verdade é que iam tendo já algumas dificuldades para acompanhar a atividade de todos os Grupos de Trabalho em que se encontravam envolvidos.

Deste modo, o Senhor Presidente sublinhou a importância do agendamento deste ponto, dando ainda como boa a sugestão do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) quanto à calendarização dos trabalhos.

8. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente recordou a realização na terça-feira, 15 de maio, da Audição Pública – Livro Verde sobre as Relações Laborais, existindo a expectativa de o Senhor Secretário de Estado do Emprego poder estar presente em substituição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

Por outro lado, deu conta ainda das diligências efetuadas com vista à audição da Senhora Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho, e do Senhor Secretário de Estado do Emprego, que foram agendadas respetivamente para quinta-feira, 17, após a reunião plenária desse dia, e terça-feira, 29 de maio, esta última da parte da manhã.

Em último lugar, o Senhor Presidente divulgou o pedido formulado pelo Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que visava o agendamento da nova apreciação na generalidade da Proposta de Lei n.º 104/XIII/3.ª – “Transpõe as alterações introduzidas pela Diretiva (UE) 2015/1794 à Diretiva 2001/23/CE e à Diretiva 2009/38/CE, no que respeita aos marítimos”, tendo este Senhor Deputado referido que a sua sugestão tinha por base o esgotamento do prazo de transposição da Diretiva comunitária que se encontrava na origem desta iniciativa. Não tendo sido manifestada qualquer oposição, ficou assim consolidado o calendário proposto: entrega de propostas de alteração até sexta-feira, 18 de maio; discussão e votação na especialidade na reunião de quarta, 23 de maio. Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos encerrados.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio, pelo que se dispensa qualquer desenvolvimento adicional nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de maio de 2018.

O PRESIDENTE


(FELICIANO BARREIRAS DUARTE)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 153/XIII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Diana Ferreira
Heitor de Sousa
Maria da Luz Rosinha
Rui Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Sofia Araújo